



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/IFAL

RESOLUÇÃO Nº 234 / 2024 - CEPE/IFAL (11.21)

Nº do Protocolo: 23041.009773/2024-56

Maceió-AL, 11 de março de 2024.

Aprova a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultora Orgânica, ofertado pelo Campus Maragogi do Ifal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, reconduzido pelo Decreto Presidencial de 13 de junho 2023, publicado no DOU no 111, 14 de junho de 2023, seção 2, p.1, em conformidade com o inciso I do artigo 4º e inciso XVI do artigo 13, da Resolução nº 22/CS, de 1º de julho de 2014, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e considerando o Processo nº 23041.048155/2023-41, de 2/12/2023, faz saber que este Conselho ordinariamente reunido no dia 8 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultora Orgânica, na modalidade presencial, Programa Mulheres Mil, ofertado pelo Campus Maragogi do Instituto Federal de Alagoas, de acordo com o anexo único.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de abril de 2024.

(Assinado digitalmente em 11/03/2024 18:17)

CARLOS GUEDES DE LACERDA

REITOR - TITULAR

REIT (11.01)

Matrícula: 1085939

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **234**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **11/03/2024** e o código de verificação: **e62b32a0c1**

ANEXO ÚNICO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
AGRICULTORA ORGÂNICA**

MARAGOGI-AL

2023

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
AGRICULTORA ORGÂNICA**

MODALIDADE PRESENCIAL

EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS

MARAGOGI-AL

2023

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL**

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO (PROEX)

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITOR DE ENSINO (PROEN)

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPI)

Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRDI)

Carolina Mendonça de Moraes Duarte

**EQUIPE SISTÊMICA DO PROGRAMA MULHERES MIL/ COMISSÃO DE
ELABORAÇÃO**

Tâmara Lúcia dos Santos Silva – Coordenadora Geral
Ilka de Carvalho Cedrim – Coordenadora Adjunta
Angeline Santos Castro – Coordenadora Pedagógica
Kleberson Santos da Silva – Coordenador Financeiro
Sandra Francisco da Silva- Apoio Administrativo
Maria Betânia Vilar de souza – Supervisora Local
Gabriela Lins Veiga – Apoio Acadêmico Administrativo Local

MARAGOGI-AL

2023

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2 APRESENTAÇÃO	5
3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	6
4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	8
5 FORMAS DE DIVULGAÇÃO	8
6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	8
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	10
7.1 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	10
7.1.1 Atendimento aos estudantes com necessidades específicas	11
7.2 ESTRUTURA CURRICULAR	12
8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	14
9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	14
10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS	17
11 PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS	18
12 REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO	20
13 PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES	20
REFERÊNCIAS	33

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Tipo de Curso de Extensão	Qualificação Profissional
Código do Curso	
Nome do Curso	Agricultora Orgânica
Carga horária total	160h
Eixo Tecnológico	Recursos Naturais
Duração do curso	04 meses
Carga horária teórica do curso	64 horas
CH Prática Profissional	96 horas
CH total do curso	160 horas
Modalidade de ensino	Presencial
Requisito de escolaridade	Ensino Fundamental I
Requisito de idade	16 anos acima
Turno	Vespertino
Quantitativo de vagas	72
Forma de ingresso	Processo Seletivo
Previsão de Início do curso	Fevereiro
Previsão de Término do curso	Maio
Parcerias	Prefeitura/ Emater/ CRAS
Forma de oferta do curso FIC	(X) Curso FIC ofertado pela instituição pelo Programa Qualifica Mais () Curso FIC ofertado pela Instituição () Curso FIC conveniado com outra Instituição:

QUADRO 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultora Orgânica, objetivando o atendimento das Associações Amor e Duas Barras do município de São Luís do Quitunde, na modalidade presencial, cuja oferta visa à materialização de ações do Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Esse Programa, instituído pela Portaria MEC Nº 725, de 13 de abril de 2023, visa à formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão socioproductiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ele tem como principais diretrizes: possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; combater a violência contra a mulher; promover o acesso ao exercício da cidadania; e desenvolver estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. A proposta aqui apresentada é fruto da adesão do IFAL à Linha de Fomento, conforme regras divulgadas no OFÍCIO-CIRCULAR No 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, 17 de abril de 2023.

Este Plano Pedagógico de Curso (PPC) se propõe a contextualizar e a definir as diretrizes pedagógicas para este respectivo Curso no âmbito do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Maragogi. Consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a educação profissional e tecnológica brasileira, mais especificamente a que se refere à formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Dada a natureza pedagógica, política e administrativa, este PPC é composto pela contextualização da oferta, pelas diretrizes pedagógicas e políticas institucionais para a organização curricular e pelo seu funcionamento. Essa estrutura visa contemplar os principais aspectos que a legislação educacional

brasileira determina, assim como informar às comunidades interna e externa as normativas do curso.

O PPC busca articular de forma coesa e coerente os princípios da educação inclusiva, da equidade de gênero e da sustentabilidade ambiental. A proposta curricular visa proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade social não apenas o acesso ao conhecimento técnico relacionado à agricultura orgânica, mas também o fortalecimento de competências socioemocionais, empreendedoras e cidadãs, fundamentais para o desenvolvimento integral das participantes e para a sua inserção ativa na sociedade e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, foram realizados estudos e discussões sobre a maneira mais coerente de organizar o curso para atingir os objetivos de formação, assim como alinhar-se ao que determina o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto à missão e os valores do Ifal. A saber, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) tem como missão “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável” (IFAL, 2019). Desse modo, o Ifal se configura como um espaço dedicado à formação integral do indivíduo, à promoção ativa da cidadania e à produção e disseminação do conhecimento. O compromisso da instituição é formar não somente profissionais qualificados, mas também cidadãos conscientes e participativos, prontas para contribuir positivamente em suas comunidades e na sociedade em geral.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O Plano Pedagógico do Curso (PPC) de Agricultora Orgânica está alicerçado nos normativos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021), as Normas de Organização Didática do Ifal (Resolução 03/CS/2017), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Guia Pronatec de Cursos FIC.

Consubstancia no acima descrito, a oferta do Curso de Agricultora Orgânica, visa atender, também, a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que enfatiza,

no seu Art. 7º, II, que os Institutos Federais têm como uma de suas finalidades “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. (BRASIL, 2008).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, os cursos de qualificação profissional, incluída a formação inicial de trabalhadores, “deverão desenvolver competências profissionais devidamente identificadas no perfil profissional de conclusão, que sejam necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida no mundo do trabalho, consideradas as orientações dos respectivos Sistemas de Ensino e a CBO” (BRASIL, 2021).

Ainda nesse sentido, a qualificação profissional é referenciada como uma oferta educativa que favorece a capacitação e o desenvolvimento profissional de cidadãos nos mais diversos níveis de escolaridade e de formação. Baseia-se em ações pedagógicas planejadas, para atender a demandas socioeducacionais de formação profissional.

O Curso de Agricultora Orgânica na modalidade de Qualificação Profissional, ofertado para mulheres dos assentamentos Amor e Duas Barras, objetiva capacitar as produtoras para o entendimento da complexidade e dinâmica do mundo rural e das práticas produtivas adotadas por elas, no sentido de promover melhoria no processo adotado a fim de obter a certificação e qualidade nos alimentos por elas plantados e produzidos. Pretende, ainda, contribuir para a formação de agentes de transformação da realidade local.

Um diferencial do curso é a proposta didático-metodológica que é centrada na participação de quem aprende, valorizando-se suas experiências e expectativas para o mundo do trabalho, procurando focar o indivíduo como pessoa, observando-se todas as áreas da aprendizagem e individualizando o processo ao máximo, para que todos possam participar.

A estudante egressa do curso de Qualificação Profissional de Agricultora Orgânica deverá demonstrar avanços na aquisição de conhecimentos básicos, sendo capaz de planejar, gerenciar e executar técnicas, visando aumentar a eficiência produtiva e econômica das atividades agrícolas, de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O Curso de Agricultora Orgânica, que será desenvolvido na modalidade presencial, é direcionado a estudantes e/ou trabalhadoras que tenham concluído o Ensino Fundamental I (1º a 5º ano) e que estejam em circunstâncias de vulnerabilidade social e econômica. Esse curso é projetado para aquelas que desejam aprofundar e adquirir conhecimentos para plantar e colher alimentos livres de agrotóxicos e, ainda, adquirir certificação do selo de qualidade dos alimentos que serão produzidos e comercializados.

O acesso ao curso se dará por meio de seleção, tendo como base os critérios do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, estabelecidos pelo Programa Mulheres Mil. Portanto, a seleção será feita por meio de critérios editalícios, publicados à comunidade, de forma a permitir a participação e o acesso aos que preencherem as condições mínimas legais estabelecidas. Neste sentido, dentre os pré-requisitos do Programa, recomenda-se atenção aos seguintes critérios:

- ser do sexo feminino;
- ter idade mínima de 16 anos;
- ter, no mínimo, o ensino fundamental I completo;
- estar em condições de vulnerabilidade social e econômica.

5 FORMAS DE DIVULGAÇÃO

A divulgação do Programa Mulheres Mil acontecerá no site do Instituto Federal de Alagoas e nas redes sociais oficiais, a fim de despertar amplamente o interesse da comunidade, bem como visita aos assentamentos para divulgar e recrutar as mulheres para o Programa.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao concluir o curso de Agricultora Orgânica, espera-se que a egressa execute, com base nas técnicas da produção orgânica, o manejo do solo e das culturas, a produção de sementes e mudas, o transplante, a colheita, comercialização e logística de produtos orgânicos. Espera-se também que cultive e beneficie produtos orgânicos com base na legislação vigente e em consonância com as normas certificadoras, que utilize manejo agroecológico integrado de pragas, doenças e

plantas espontâneas e que opere e regule maquinário e implementos agrícolas exclusivos para utilização em sistemas orgânicos de produção. (Guia Pronatec de Cursos FIC, 2016).

Dessa forma, ao concluir o curso de formação inicial e continuada em Agricultora Orgânica, a egressa deverá demonstrar um perfil que lhe possibilite:

- propor soluções para problemas reais enfrentados na agricultura orgânica, colocando em prática conceitos, estratégias, procedimentos e atitudes vivenciadas no processo formativo;
- elaborar e desenvolver, individual e coletivamente, projetos de melhorias nas condições das unidades familiares e comunitárias, preferencialmente de forma cooperada e associativa;
- compreender os impactos das atividades agrícolas desenvolvidas para a garantia da sustentabilidade no meio rural;
- utilizar os recursos naturais e os meios de produção, visando ao baixo impacto ambiental;
- potencializar a ação das agricultoras como agentes de desenvolvimento, buscando ampliar o seu papel na construção de estratégias de intervenção e de fortalecimento do desenvolvimento sustentável;
- ter competência para desenvolver atividades agrícolas que promovam a elevação da renda familiar;
- envolver a família na produção voltada para a merenda escolar.

Além das habilidades específicas, essas estudantes devem estar aptas a:

- adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo, percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- ter capacidade de trabalhar em equipe e atuar em projetos associativistas;
- ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

O Ifal, na perspectiva de cumprimento de sua missão, requer que a estrutura curricular dos seus cursos tome o trabalho como princípio geral da ação educativa. Para tanto, adota princípios fundamentais como a formação integral, a permanência com êxito, a integração das atividades e a formação cidadã (IFAL, 2019).

Mediante o exposto, os procedimentos metodológicos utilizados deverão tomar como base os pressupostos das metodologias ativas da aprendizagem. Nessa abordagem, os estudantes, orientados pelos docentes, adquirem “uma postura de ação, resolvendo problemas, desenvolvendo projetos e criando oportunidades para a construção de conhecimento” (ANDRADE et al, 2020, p.09), assegurando, assim, a elaboração de aprendizagens significativas.

Nesse sentido, orientamos que a prática pedagógica docente contemple:

- Abordagem dos conteúdos de ensino de modo contextualizado, devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade, valorizando as experiências dos estudantes, sem perder de vista a construção de novos saberes;
- Envolvimento das estudantes na avaliação de seu processo educativo visando uma tomada de consciência sobre o que sabem e o que precisam e/ou desejam aprender;
- Elaboração de materiais didáticos adequados aos estudantes. Esse material deverá contemplar a síntese das teorias e a referência para buscas bibliográficas aprofundadas, além de trazer exemplos, exercícios, entre outros;
- Comunicação efetiva entre docentes e estudantes e estudantes e estudantes, seguindo os princípios da cooperação, do respeito e da autonomia, de modo a alcançar os objetivos pedagógicos propostos;
- Utilização de recursos tecnológicos disponíveis, adequando-os ao público, auxiliando, assim, as atividades pedagógicas;
- Acompanhamento pedagógico individualizado às estudantes que apresentarem dificuldades, visando à permanência e à conclusão com êxito;
- Produção coletiva do conhecimento, adotando estratégias de ensino

diversificadas, que favoreçam a interação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem: aulas expositivas dialogadas e interativas; desenvolvimento de projetos; aulas experimentais (em laboratórios); visitas técnicas; seminários; jogos; debates; exposição de filmes; grupos de estudos; desenvolvimento de pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos do campo de atuação da agricultora orgânica; estudos de caso; relato de experiências das estudantes, entre outros;

- Organização de um ambiente educativo instigador, de modo a articular múltiplas atividades, beneficiando a transformação de informações em conhecimentos necessários à qualificação profissional das jovens e das adultas matriculadas no curso;
- Realização do planejamento, do registro e da análise das aulas e atividades realizadas.

Salienta-se a necessidade de os docentes estarem permanentemente atentos ao comportamento; concentração; atenção; participação e expressões faciais das discentes, uma vez que esses são excelentes parâmetros do processo educacional.

A organização curricular está elaborada de forma sequencial, cujo intuito é facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade de agricultura orgânica. No entanto, pode haver adaptações para melhor atender à turma, uma vez que a atividade oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática. O Curso está organizado em 14 componentes curriculares totalizando 160 horas.

7.1.1 Atendimento aos estudantes com necessidades específicas

O Curso de MEI atuará no sentido de cumprir os dispositivos que regulamentam a Resolução nº 17/CS, de 11 de junho de 2019, do Instituto Federal de Alagoas, garantindo o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, assegurando a igualdade de oportunidades e o fortalecimento das políticas de Educação Inclusiva.

Isso posto, deverá assegurar as condições adequadas para que ocorra a qualificação profissional dessas jovens e dessas adultas, a fim de que possam

concorrer às oportunidades concedidas pelo mundo do trabalho.

7.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Agricultora Orgânica do Programa Mulheres Mil, na modalidade presencial, é estruturada por temas interdisciplinares e tem suas unidades didáticas dispostas em 2 (dois) módulos formativos:

O módulo do núcleo comum compreende o núcleo básico com 40h, junto ao núcleo de gênero, saúde da mulher e qualidade de vida, com 24h. O núcleo profissional, composto por 96h, está voltado para a formação da estudante com a finalidade de inclusão socioprofissional e empoderamento. Totalizando uma carga horária de 160h, que são distribuídas da seguinte forma, conforme consta no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AGRICULTORA ORGÂNICA		
Módulos	Componente Curricular	Carga Horária¹
Núcleo Básico	Leitura e Produção de Texto aplicados ao curso	12h
	Matemática Aplicada e Noções de Educação Financeira	12h
	Inclusão Digital voltada para o Exercício da Cidadania	8h
	Oratória, Expressão Corporal e Verbal	8h
Núcleo de Gênero, Saúde da Mulher e Qualidade de Vida	Princípios da Cidadania, Gênero e Direitos da Mulher	8h
	Ética e Relações Humanas	8h
	Noções de Biossegurança, Segurança Alimentar e Nutricional	8h
Núcleo Profissional	Introdução à agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	16h
	Manejo e conservação dos Solos em sistemas Orgânicos	14h
	Produção e conservação de sementes, implantação e produção de mudas	16h

	Produção Vegetal em sistema de Agroecologia	16h
	Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	14h
	Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	12h
	Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	8h
CARGA HORÁRIA TOTAL		160h

¹A hora/aula, considerada na organização da matriz curricular, possui 60 minutos.

Para além dos componentes da matriz curricular, a equipe multidisciplinar de cada unidade no momento da busca ativa das estudantes, fará a identificação da comunidade e do perfil situacional das mulheres. E na acolhida das mulheres para início das aulas, realizará a oficina de construção e aplicação do mapa da vida, de acordo com as orientações a seguir.

A construção dos diagnósticos e do mapa da vida irão identificar e contemplar a realidade das alunas para que os componentes curriculares estejam adequados aos grupos de mulheres e seu contexto de vida.

A identificação da comunidade e do perfil situacional das mulheres visa conhecer a estrutura, carências e serviços disponíveis nas comunidades. O diagnóstico da comunidade é realizado com os dados fornecidos pelas alunas e suas trocas de experiências.

Por meio do estudo das condições de vulnerabilidade, quais sejam: baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, fragilidade da estrutura familiar, experiências educacionais e de vida negativas, dentre outros, definirá qual o perfil das educandas.

A oficina de construção e aplicação do mapa da vida irá coletar informações mais detalhadas sobre a história de vida e saberes das alunas, propiciando a troca de experiências, aumentando a capacidade de autoavaliação e ainda, mostra as participantes que todas trazem consigo uma bagagem de informações, habilidades e conhecimentos próprios de cada uma.

Conhecer a realidade com a qual se vai trabalhar é um ponto estruturante e tem um impacto direto no êxito do Programa. A coleta e o levantamento dos dados

irão contribuir para o entendimento da realidade da comunidade. Na construção da identificação da comunidade a atividade pode ser estruturada da seguinte forma: pedir que as estudantes distribuam-se em grupos que residam na mesma comunidade ou áreas circunvizinhas. Utilizar cartolinas, papel colorido, canetas coloridas, lápis de cor, tesouras, colas e imagens (podem ser de revistas, jornais e xerox de fotografias antigas), etc. É importante lançar algumas questões alusivas ao tema para estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja, objetivando reforçar a integração do grupo. Elaborar com antecedência as perguntas que nortearão a reflexão. Desse modo, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e diferentes objetivos.

8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridas, anteriormente, podem ser realizados a partir de avaliação e certificação, mediante exames, elaborados em concordância com as características do componente curricular. Podem ser aproveitados:

- a) Componentes curriculares concluídos em cursos técnicos de nível médio ou de qualificação profissional, observada a escolaridade mínima estabelecida;
- b) Saberes e competências reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A metodologia de avaliação nos cursos realizados pelo Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Alagoas/IFAL, levará em consideração o conhecimento empírico de cada estudante, ou seja, os conhecimentos prévios, aquilo que as estudantes aprenderam em suas práticas cotidianas farão parte de todo processo ensino-aprendizagem ao longo do curso ministrado.

Busca-se valorizar as experiências individuais de forma a construir aprendizados coletivos ao longo do curso, tornando o processo ensino-aprendizagem dotado de significados, aumentando a autoestima das estudantes e potencializando os diversos saberes dentro de uma multiplicidade de vivências de cada pessoa.

Acredita-se na avaliação da aprendizagem de forma participativa, contínua, permanente, formativa e qualitativa. Reconhecendo as mulheres como pessoas com vivências ricas que devem nortear as práticas pedagógicas e direcionar os métodos avaliativos. Deve-se considerar o conhecimento prévio das estudantes, acrescentando os conceitos-chaves, pontuando os saberes acadêmicos de forma que os saberes, empíricos e da academia, sejam indissociáveis e os possíveis equívocos sejam dissolvidos.

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (2012, p.15), a “concepção de avaliação escolhida é a da avaliação contínua, simétrica e reflexiva”. Ou seja, a avaliação deve ser vista como um processo, e isto significa que deve ser levado em conta o progresso das estudantes a partir da abordagem dos conceitos trabalhados e das práticas executadas. A reflexão através da autoavaliação é também uma forma de aprendizagem que leva ao aprimoramento da prática, formação de novos hábitos e conhecimentos. Esta prática deve ser considerada ao longo de todo processo avaliativo.

Caberá aos professores escolherem a melhor estratégia de avaliação de acordo com a disciplina ministrada, podendo utilizar em suas metodologias teste prático, simulações de fatos reais, observações, trabalhos de apresentações, exposições, debates, auto avaliação, trabalhos em grupo, participação em sala de aula, relatórios, criação de folders, pôsteres, materiais de redes sociais, vídeos, seminários e avaliações orais/dissertativas, com ou sem consulta, e objetiva a depender do perfil da turma.

A avaliação, em todos os seus momentos, deverá possibilitar a observação da capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso.

Importante ressaltar que, à medida que as aulas avançam, os professores devem usar a criatividade para fazer com que as estudantes desenvolvam as habilidades que cada curso especificamente requer. A avaliação não deve ser enclausurada, rígida e ineficiente para comprovar a aprendizagem, mas ela pode ser criativa, leve e induzir as estudantes a participarem, com alegria, deste processo. Devem-se utilizar formas flexíveis e justas de avaliação, com

imparcialidade, com rigor, porém não nos mesmos níveis de um aluno tradicional. É importante considerar que existem métodos que provam o mesmo conhecimento de forma diferenciada e que visam ao aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes das estudantes essas formas deverão ser exploradas na sua totalidade.

A avaliação do desempenho escolar será feita por componentes curriculares, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência, nas aulas teóricas, nos trabalhos escolares, nos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo das estudantes e dos resultados obtidos nas atividades avaliativas.

Tendo em vista que o processo ensino-aprendizagem ocorrerá de forma diagnóstica, contínua e participativa, considerando-se os aspectos qualitativos e quantitativos, o aproveitamento dos componentes curriculares para composição do certificado deverá vir através dos conceitos conforme expresso abaixo:

O resultado desse processo de avaliação será expresso em menções:

- **Conceito A- Excelente:** capaz de desempenhar, com destaque, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ($9 \leq n \leq 10$)
- **Conceito B- Muito bom:** capaz de desempenhar, a contento, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ($7 \leq n < 9$)
- **Conceito C- Bom:** capaz de desempenhar o mínimo das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ($6 \leq n < 7$)
- **Conceito D- Regular :** desenvolveu abaixo do esperado para das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. (nota menor 6,0)

Conceito		Nota (n)
Conceito A	EXCELENTE	$9 \leq n \leq 10$
Conceito B	MUITO BOM	$7 \leq n < 9$
Conceito C	BOM	$6 \leq n < 7$
Conceito D	REGULAR	Nota menor 6,0

Elencada com os objetivos do Programa Mulheres Mil, a avaliação deve se constituir num processo inclusivo, que eleve a autoestima das mulheres e lhes dê coragem para galgar novos desafios, novas aprendizagens e constituírem visões de um mundo com mais possibilidades para si.

Ao término do curso considerar-se-á aprovada a estudante que obtiver percentual mínimo de setenta e cinco por cento (75%) de frequência em todo o período letivo do curso e no mínimo conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares.

Por fim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem das estudantes com dificuldades de acompanhamento dos estudos, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que elas avancem sempre junto às demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão do programa.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

As aulas do curso de Agricultora Orgânica serão ministradas, majoritariamente, em sedes localizadas nos assentamentos Duas Barras e Amor no município de São Luís do Quitunde. Em cada assentamento, o espaço físico para a realização do curso compreende ambiente com carteiras, iluminação, instalações elétricas para a utilização de equipamentos e banheiro.

O local de realização das aulas foi escolhido de modo a viabilizar o acesso e menor tempo de deslocamento das assentadas, a fim de facilitar sua rotina durante a realização do curso, buscando sua permanência e êxito no programa. Além disso, os locais possibilitam a realização das aulas teóricas, nas sedes, e práticas, essenciais para o curso de agricultura orgânica, em suas áreas externas. A região nas proximidades das sedes possui espaço suficiente e terreno adequado para as estudantes, junto aos professores, praticarem o que vem sendo ensinado em sala de aula.

As aulas de inclusão digital serão ministradas em um laboratório com computadores de uma escola localizada mais próximo ao centro do município de São Luís do Quitunde. Nos dias e horários previstos, um ônibus promoverá o

deslocamento de ida e volta das estudantes da escola aos assentamentos. Ademais, esse ônibus também será utilizado para o transporte das estudantes e professores para a realização de visitas técnicas ao Campus Maragogi para conhecer os laboratórios, canteiros, viveiros e o curso de agroecologia.

11 PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS

Os quadros 3 e 4, a seguir, descrevem o pessoal docente e administrativo necessário ao funcionamento do Curso, que são bolsistas do programa, conforme determinação da Resolução/CD/FNDE Nº 6, de 12 de março de 2013:

QUADRO 3 – PROFESSORES	
Área	Requisitos (Graduação em)
Leitura e produção de texto aplicados ao curso	Graduação em Letras, OU Comunicação.
Matemática aplicada e noções de educação financeira	Graduação em Matemática, OU Administração, OU Ciências Contábeis, OU Economia, OU Tecnólogo em Processos Gerenciais.
Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas da Informação.
Oratória, expressão corporal e verbal	Graduação em Letras, OU Psicologia, OU Comunicação Social, OU Artes, OU Teatro, OU Artes Cênicas, OU Comunicação e Marketing, OU Jornalismo, OU Tecnólogo em Recursos Humanos.
Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.
Ética e relações humanas	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia Serviço Social.
Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional	Graduação em Nutrição, OU Tecnólogo em alimentos, OU Tecnólogo em Agroindústria, OU Tecnólogo em Laticínios.
Introdução à agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.

Manejo e conservação dos Solos em sistemas Orgânicos	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.
Produção e conservação de sementes, implantação e produção de mudas	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.
Produção Vegetal em sistema de Agroecologia	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.
Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.
Noções de Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	Graduação em Administração, OU Tecnólogo em Administração, OU Gestão Pública, OU Recursos Humanos, OU Marketing, OU Comércio Exterior, OU Economia, OU Empreendedorismo, OU Ciências Sociais.
Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.
Introdução à agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.
Manejo e conservação dos Solos em sistemas Orgânicos	Graduação em Agronomia, OU Tecnólogo em Agropecuária, OU Tecnólogo em Agroecologia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

QUADRO 4 – ADMINISTRATIVOS	
Função	Formação
Supervisor do Curso	Servidor ativo do Ifal – Com Curso Superior.
Apoio Acadêmico Administrativo	Servidor ativo do Ifal – Com Curso Superior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

12 REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares, às estudantes que obtiverem frequência de, no mínimo, 75% do total da carga horária do curso e no mínimo, conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares, será conferido o Certificado de conclusão do Curso de Qualificação Profissional de Agricultora Orgânica, na modalidade presencial.

13 PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componente Curricular: Leitura e produção de texto aplicados ao curso	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar ferramentas básicas de leitura e produção de texto. Reconhecer textos verbais e não-verbais. Compreensão e interpretação de textos.	
OBJETIVOS	
Empregar a língua na modalidade oral e escrita adequada às diferentes situações de comunicação. Perceber a utilidade e os benefícios do domínio da leitura e produção de texto para o desenvolvimento da competência profissional.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none">1. Elementos da comunicação;2. Funções da linguagem;3. Linguagem verbal e linguagem não-verbal;4. Relação entre língua falada, língua escrita e variação linguística;5. Gêneros e tipos textuais relacionados ao curso.	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo . 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar . 27.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação . 5.ed. São Paulo: Ática, 2006. MEDEIROS, J. B. Português instrumental . 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018. MESQUITA, R. M. Gramática da língua portuguesa . 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	

Componente Curricular: Matemática aplicada e noções de educação financeira	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar as ferramentas de matemática básica relacionadas à formação profissional das alunas. O uso da matemática no cotidiano. Os fundamentos das quatro operações. Noções de porcentagem. Grandezas e medidas. Noções de educação financeira.	
OBJETIVOS	
Revisar e aprofundar os conceitos básicos de matemática. Perceber a utilidade e os benefícios da matemática para o desenvolvimento das competências profissionais e formação para o mercado de trabalho.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Operações com números racionais; 2. Regra de três simples e composta; 3. Porcentagem; 4. Juros simples e compostos; 5. Descontos simples; 6. Grandezas e medidas; 7. Matemática financeira. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>BUIAR, C. L. Matemática financeira. Curitiba: Editora livro técnico, 2010.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações: ensino médio, volume 1. 5.ed. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.</p> <p>LIMA, E. L. et al. A matemática do ensino médio: volume 1. 10.ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012.</p> <p>SAMANEZ, C. P. Matemática financeira. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2010.</p>	

Componente Curricular: Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Introdução aos principais conceitos relacionados ao funcionamento de computadores e sistemas operacionais. Ferramentas aplicadas à prática profissional do curso. Editor de texto, planilhas eletrônicas. Principais mecanismos	

de busca e navegação na Internet. Redes sociais, correio eletrônico e computação na nuvem.

OBJETIVOS

Aprender a ligar e desligar um computador. Conhecer um sistema operacional e seus aplicativos. Manipular periféricos, tais como mouse e teclado. Apresentar os recursos do editor de texto e planilhas eletrônicas. Aprender a acessar a Internet e usar os mecanismos de comunicação (redes sociais) e nuvem.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conhecendo o computador (ligar e desligar; periféricos);
2. Sistema operacional (área de trabalho, barra de tarefas e botão iniciar);
3. Editor de texto e planilha (digitação, salvar e imprimir documentos);
4. Internet (acessar páginas, downloads, correio eletrônico e redes sociais, nuvem).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALVES, W. P. **Informática fundamental**: introdução ao processamento de dados. São Paulo: Érica, 2010.

BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

HUNT, T. **O poder das redes sociais**. São Paulo: Gente, 2010.

MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. **Informática**: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Érica, 2013.

SILVA, M. G. da.; OLIVIERO, C. A. J. **Informática**: terminologia, microsoft windows 8, internet, segurança, microsoft office word 2010, microsoft office excel 2010, microsoft office powerpoint 2010, microsoft office access 2010. São Paulo: Érica, 2012.

Componente Curricular: Oratória, expressão corporal e verbal

Carga Horária: 8 horas

EMENTA

Comunicação e expressão. Linguagem corporal. Estratégias retóricas. Estrutura do discurso. Técnicas de apresentação. Falar de improviso. Ansiedade e medo.

OBJETIVOS

Propiciar às participantes vivências que desenvolvam a comunicação oral e a comunicação corporal, com a utilização de estratégias que promovam o envolvimento e a interação coletiva. Saber lidar com o medo e a inibição de falar em público.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Prática em oratória;
2. Comunicação corporal;
3. Técnicas de relaxamento;
4. Dinâmicas de comunicação e interação;
5. Timidez e introversão.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ANDREOLA, B. A. **Dinâmica de grupo**: jogo da vida e didática do futuro. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUIRAUD, P. **A linguagem do corpo**. São Paulo: Ática, 2001.

PENTEADO, J. R. W. **A técnica da comunicação humana**. 14.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

POLITO, R. **Como falar corretamente e sem inibições**. 112.ed. São Paulo: Benvirá, 2016.

WEIL, P.; TOMPAKOW, R. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Componente Curricular: Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	Carga Horária: 8 horas
--	-------------------------------

EMENTA

A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução. O sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. A declaração de direitos na Constituição brasileira. Os instrumentos de proteção de direitos humanos. Direitos da mulher. Violência doméstica e familiar. Políticas públicas de atenção à mulher.

OBJETIVOS

Analisar, refletir e compreender os princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade da pessoa humana, promovendo o debate sobre a importância da construção da igualdade nas relações de gênero e combate a todas as formas de violência e discriminação. Promover a elevação da autoestima por meio do conhecimento sobre as modalidades de violência contra a mulher e seus mecanismos legais de repressão.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos de direitos humanos e cidadania;
2. Direitos econômicos e sociais;
3. Os conceitos de gênero e de relações de gênero;
4. Enfrentamento da violência contra a mulher (Lei Maria da Penha);
5. Modalidades de violência;
6. Femicídio;

7. As relações de gênero e o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BONETTI, A.; SOUZA, A. M. F. de L. e (Orgs.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: Edufba, 2011.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2002]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.%20deveres%20na%20ordem%20civil>. Acesso em: 13 out. 2023.

SOIHET, R. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

Componente Curricular: Ética e relações humanas

Carga Horária: 8 horas

EMENTA

Noções de ética. A importância da ética na vida e no trabalho. A importância das relações humanas no trabalho, na família e na comunidade. Processo de humanização.

OBJETIVOS

Promover a reflexão sobre a importância da ética na vida e no trabalho. Refletir sobre formas mais saudáveis de se relacionar com outras pessoas em diferentes ambientes e situações. Identificar práticas de relacionamentos interpessoais. Desenvolver habilidades para trabalhar em equipe. Compreender a comunicação como elemento nas relações interpessoais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conceito de ética;
2. Relacionamentos interpessoais;

3. Autoconhecimento;
4. Humanização;
5. Trabalho em equipe;
6. O papel da comunicação nas relações interpessoais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CORTELLA, M. S. **Pensar bem nos faz bem!**: pequenas reflexões sobre grandes temas 2: família, carreira, convivência, ética. 2.ed. Petrópolis; Vozes, 2014.

COSTA, A. A. [et al.]. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional, v.2. São Paulo: Cengage Learning, 1996.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. 35.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

TELES, M. A. de A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Componente Curricular: Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional

Carga Horária: 8 horas

EMENTA

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Doenças transmitidas por alimentos. Riscos de uma alimentação desbalanceada. Higiene e conservação de alimentos. Higiene pessoal e uso de EPIs.

OBJETIVOS

Contribuir para a disseminação de informações sobre SAN e DHAA, seus conceitos e bases legais. Conhecer, avaliar, analisar e discutir aspectos sobre a higiene dos alimentos e higiene pessoal.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conhecimento e explanação da SAN e DHAA;
2. Conceitos de higiene alimentar;
3. Conservação de alimentos;
4. Conceito de segurança alimentar;
5. Higiene pessoal;
6. Importância do uso dos EPIs.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito

humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas à assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm.

Acesso em: 19 out. 2023.

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e Segurança Alimentar. **Revista Tropos**. v.1, n.3. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>. Acesso em: 23 out. 2023.

MALUF, R.; REIS, M. C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.) **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SILVA JR., E. A. da. **Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação**. 7.ed. São Paulo: Varela, 2014.

Componente Curricular: Introdução à agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica

Carga Horária: 16 horas

EMENTA

Conceitos, histórico, importância econômica da agroecologia. Certificação Orgânica e Fundamentação Legal; Legislação Orgânica; Normatização na produção orgânica; Lei orgânica brasileira; Instruções Normativas.

OBJETIVOS

Entender e aplicar os conceitos, a importância da economia da agroecologia, dentro de uma linha programática do curso, visando a certificação dos produtos que serão produzidos e comercializados, obedecendo a legislação vigente.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conceitos e histórico de agroecologia;
2. Requisitos para certificação orgânica;

3. Noções sobre legislação e normatização orgânica;
4. Instruções Normativas sobre agricultura orgânica.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Aprova o regulamento da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Aprovar o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 18, de 28 de maio de 2009. Aprovar o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos I a VIII. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p.

Componente Curricular: Manejo e conservação dos Solos em sistemas Orgânicos

Carga Horária: 14 horas

EMENTA

Preparo do solo; Correção e recuperação do solo; Compostagem; adubação orgânica.

OBJETIVOS

Compreender os métodos adequados de manejo e uso do solo, que permitem mantê-lo produtivo de geração a geração, para evitar o seu esgotamento ou deterioração, provocados por fatores naturais e/ou introduzidos pelo próprio homem.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Métodos de preparo do solo;

2. Noções de manejo e conservação do solo;
3. Princípios sobre compostagem;
4. Técnicas de adubação orgânica.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

PENTEADO, S. R. **Adubação na agricultura ecológica - calculo e recomendação numa abordagem simplificada**. Editora: Via Orgânica. 2007. 157p.

PENTEADO, S. R. **Adubação na agricultura ecológica**. Editora: Via Orgânica. 2008. 154p.

PEREIRA NETO, J. T. **Manual da Compostagem**. Viçosa: UFV. 2007.

ANJOS, J. L. dos; AQUINO, A.M.; SCHIEDECK, G.ed. **Minhocultura e vermicompostagem: interface com sistemas de produção, meio ambiente e agricultura de base familiar**. Brasília, DF: Embrapa, 2015, 231 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária Ltda. 1999.

KOEPF, Herbert H.; PETTERSSON, B. D.; SCHAUMANN, W. **Agricultura biodinâmica**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1983. 333 p.

PRIMAVESI, A.; **Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais**. 9ªed., Nobel, São Paulo, 1990.

REIJNTJES, Coen; Haverkort, Bertus; Waters-Bayer, Ann. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Trad.: Jonh Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

Componente Curricular: Produção e conservação de sementes, implantação e produção de mudas

Carga Horária: 16 horas

EMENTA

Acesso e conservação de sementes crioulas; Técnicas especiais para produção de sementes; recipientes e substratos para a produção de mudas; Estruturas para produção de mudas.

OBJETIVOS

Conhecer as formas de beneficiamento, armazenamento e preparação das sementes a serem utilizadas nos canteiros, com vista ao plantio e produção de mudas.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conceitos sobre sementes crioulas;
2. Técnicas de armazenamento de sementes;
3. Cultivo das sementes;
4. Noções de implantação de mudas;
5. Produção de mudas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. **Sementes: ciência, tecnologia e produção**. 5th. ed. Jaboticabal: Funep, 2012.

MARCOS-FILHO, J. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas**. Londrina: ABRATES, 2015.

PESKE, S.T; LUCCA-FILHO, O.A.; BARROS, A.C.S.A. **Sementes: fundamentos científicos e tecnológicos**. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2006, 470p.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o regulamento da lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 09, de 02 de junho de 2005. Normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 24, de 16 de dezembro de 2005. Normas para produção, comercialização e utilização de mudas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 17, de 26 de abril de 2017. Regulamenta a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas de espécies florestais ou de interesse ambiental ou medicinal, nativas e exóticas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 38, de 02 de agosto de 2011. Regulamento técnico para a produção de sementes e mudas em sistemas orgânicos de produção. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

Componente Curricular: Produção Vegetal em sistema de Agroecologia	Carga Horária: 16 horas
---	--------------------------------

EMENTA

Implantação, tratamentos culturais, olerícolas, flores, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais - PANCs, frutíferas, culturas anuais e perenes.

OBJETIVOS

Compreender e otimizar a interação entre fatores abióticos, como nutricionais, luminosos e temperatura, no cultivo das olerícolas, flores, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais - PANCs e frutíferas e culturas perenes.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Análise e avaliação do solo;
2. Fatores abióticos para produção vegetal;
3. Técnicas de plantio;
4. Noções e métodos para implantar culturas perenes.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p.

SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006.

FANCELLI, A. L.; DURVAL, D. N. **Produção de Feijão**. Piracicaba, SP. ESALQ/USP, 2007.

RICCI, M. dos S. F. **Cultivo orgânico do café: recomendações técnicas**, EMBRAPA, 101 p. 2002.

SEDIYAMA, T. **Tecnologias de produção e usos da soja**. Editor Londrina: Macenas. 2009.

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. **Tecnologias de Produção do milho**. Viçosa, Editora UFV, 3ª Edição, 2014.

PENTEADO, S. R. **Adubação na Agricultura Ecológica**. 168 p. 2 ed. Editora Via Orgânica

Componente Curricular: Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	Carga Horária: 14 horas
---	--------------------------------

EMENTA

Alterações dos alimentos. Métodos de conservação de alimentos. Embalagens. Tecnologia de transformação e conservação de produtos de origem vegetal e animal. Higiene e controle de qualidade. Pós-colheita, armazenamento e processamento de frutas, hortaliças, grãos, raízes e tubérculos.

OBJETIVOS

Entender a importância do beneficiamento e conservação dos alimentos orgânicos para uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, adubos químicos e substâncias sintéticas que agredam o meio ambiente.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Noções de conservação de alimentos;
2. Métodos de embalagem;
3. Técnicas de higiene e controle de qualidade;
4. Processamento dos alimentos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações**. São Paulo: Nobel, 2008.

LIMA, U. de A. (org.). **Matérias-primas dos alimentos**. São Paulo: Blucher, 2010. 402 p.

ORDONEZ, J.A. **Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2004. Vol 2.

AZEREDO, H. M. C., **Fundamentos da Estabilidade de Alimentos**. EMBRAPA. 2004.
 CASTRO, A. G. **Embalagens para a indústria alimentar**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2003.
 CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: glossário**. Lavras: UFLA, 2006.
 FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: Princípios e prática**. Porto Alegre, Artmed, 2006.
 ORDONEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos**. São Paulo: Artmed, Vol I, 2005.

Componente Curricular: Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	Carga Horária: 12 horas
---	--------------------------------

EMENTA

Empreendedorismo: conceitos e perspectivas. Perfil do Empreendedor: valores, habilidades e atitudes. Identificação de oportunidades. Inovação. Formas de associação: cooperativismo. Diferença entre associativismo e cooperativismo. Economia solidária.

OBJETIVOS

Compreender o princípio da economia solidária como ação política. Verificar quais as oportunidades de geração de renda através do cooperativismo. Compreender a necessidade de formalização dos processos de produção e venda. Identificar direitos e deveres dos cooperados.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conceitos de empreendedorismo;
2. Perfil do empreendedor;
3. Formas de associação;
4. Noções de renda e economia;
5. Cooperativismo e economia solidária.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo para visionários**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
 RIES, E. **A Startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

Componente Curricular: Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	Carga Horária: 8 horas
---	-------------------------------

EMENTA
Direitos trabalhistas das mulheres. Direitos para os produtores rurais e agricultores familiares. Noções de contribuições individuais visando a aposentadoria da trabalhadora. Divulgação de programas e projetos de beneficiamento.
OBJETIVOS
Discutir a legislação vigente, programas e projetos sobre produtor rural e agricultor familiar a fim de reconhecer, proteger e promover a atividade agrícola de pequeno porte, bem como melhorar as condições de vida e trabalho das agricultoras familiares.
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação trabalhista; 2. Fundamentos dos direitos das mulheres; 3. Direitos para os produtores rurais; 4. Fontes de financiamento.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>MARTINEZ, W. N. Direitos e Obrigações do MEI. Juruá Editora. 2023.</p> <p>SEBRAE. Benefícios da Lei Geral para o Produtor Rural e Agricultor Familiar. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/beneficios-da-lei-geral-para-o-produtor-rural-e-agricultor-familiar,f141285d4994f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 31 out. 2023.</p> <p>SEBRAE. Cartilha do Microempreendedor Individual: Vantagens, direitos, obrigações, declaração anual, capacitações e consultorias. SEBRAE-BA, 2018. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/89396a75276a9856e0c4ecbc5b986a74/\$File/30394.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.</p> <p>SEBRAE. Guia completo para o Microempreendedor Individual – com alterações da lei geral. SEBRAE-BA, Salvador, 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_(2).pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.</p>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 253, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n.

248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.513. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Brasília, 26 de outubro de 2011.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE Nº 4**, de 16 de março de 2012. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3514-resolucao-c3a7c3a3o-n-c2ba-4-de-16-de-mar-c3a7o-de-2012>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IFAL. **PDI**: Plano de Desenvolvimento Institucional: IFAL 2019/2023. Maceió, AL: IFAL, 2019a. Disponível em:
<https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-define-planejamento-para-2020-e-encerra-evento-com-palestra-sobre-lideranca/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2023.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução nº 03/CS, de 31 de março de 2017**. Maceió, AL: Conselho Superior, 2017. Disponível em:
<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/conselho-superior/resolucoes/2017/normas-de-organizacao-didatica-do-ifal-com-alteracao-do-artigo-42-conf-res-no-03-cs-17.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2023.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução Nº17/CS, de 11 de junho de 2019**. Aprova a regulamentação de procedimentos de identificação, acompanhamento e avaliação de discentes com necessidades específicas do IFAL. Maceió, AL: Conselho Superior, 2019. Disponível em:
<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/legislacao-e-normas/arquivos-legislacao/direcao-de-politicas-estudantis/resolucao-no-17-cs-2019-procedimentos-de-identificacao-a-companhamento-e-avaliacao-de-discentes-com-necessidades-esperiais.pdf/view>. Acesso em: 16 set. 2023.

Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Manual de Gestão da Bolsa-Formação**. Brasília. 2017. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file>. Acesso em: 16 set. 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2023.